

## Processo de conceção das Aprendizagens Essenciais (AE) - Síntese

O Ministério da Educação, na prossecução do Programa do XXI Governo Constitucional, deu início a uma ampla discussão pública sobre a definição do Currículo para o Séc. XXI, no quadro de uma escolaridade obrigatória alargada a 12 anos.

A par de muitas outras iniciativas, e concretamente no que respeita aos documentos curriculares, o processo foi iniciado no primeiro trimestre de 2016.

Na primeira etapa deste trabalho, foram ouvidos os professores das escolas públicas e privadas através de um questionário sobre a adequação dos documentos curriculares em vigor, o seu impacto na prática letiva e o seu potencial para promover o desenvolvimento das competências necessárias aos cidadãos do mundo atual.

Os resultados preliminares desse questionário, a que responderam 26567 docentes, foram apresentados na conferência *Currículo para o Século XXI – competências, conhecimentos e valores numa escolaridade de 12 anos*, realizada em 30 de abril de 2016, na Fundação Calouste Gulbenkian. A conferência envolveu as associações profissionais de docentes de todas as áreas do saber, disciplinas e níveis de educação e ensino.

Tendo em conta que os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, para além dos professores, são, sem dúvida, os alunos, estes tiveram a oportunidade de expressar a sua opinião e apresentar as suas propostas sobre o currículo e as aprendizagens realizadas na escola, aquando da conferência pública nacional *A Voz dos Alunos*, realizada a 4 de novembro de 2016, no Instituto Politécnico de Leiria.

Da auscultação dos intervenientes no processo educativo e de todo o debate alargado em torno do currículo, foi consensual a constatação da diversidade e extensão dos programas das várias disciplinas, não permitindo tempo para os alunos explorarem em profundidade temas dos programas disciplinares, consolidarem as aprendizagens e enriquecerem o currículo com outras aprendizagens do seu interesse ou com relevância para os territórios onde vivem e estudam. Esta questão, que a OCDE denomina *curriculum overload*, está presente na agenda educativa de muitos outros países e tem vindo a ser internacionalmente reconhecida como um desafio global.

Numa segunda etapa, e para fazer face a esta “obesidade” curricular e possibilitar contextos de aprendizagens significativas, as associações de professores foram desafiadas, no último trimestre de 2016, a elaborar, em articulação com a Direção-Geral da Educação, as AE, por disciplina e ano de escolaridade.

O processo decorreu com a intervenção de mais de [20 associações profissionais e sociedades científicas](#) que em sucessivas reuniões e *workshops*, desenvolveram um trabalho de construção, partilha e revisão continuada, com o apoio de equipa de especialistas em currículo.

Paralelamente, foi sendo desenvolvido por um Grupo de Trabalho o referencial educativo para todos os jovens portugueses, estruturado em princípios, valores e áreas de competências, que, abrangendo as diferentes vias e percursos que os alunos podem escolher, assegura a coerência do sistema de educação e dá sentido a uma escolaridade obrigatória alargada a 12 anos — [Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória](#), publicado em julho de 2017, após consulta pública, com ampla participação da sociedade portuguesa. Este documento constitui-se como matriz para a organização de todo o sistema educativo, permitindo a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular.

Em setembro de 2017, no quadro do [Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho](#), foi implementado o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), em regime de experiência pedagógica, no ano letivo de 2017-2018, no âmbito do qual foram aplicadas as AE relativas aos primeiros anos de cada ciclo de ensino — 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade — e de ciclo de formação.

Integrado no processo de acompanhamento das escolas PAFC foi realizado um ciclo de reuniões regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) subordinado aos temas — *Para a Construção de aprendizagens Essenciais Baseadas no Perfil dos Alunos e A conceção das AE: como respondem à necessidade de criar espaço para a consolidação das aprendizagens e de articular as diferentes componentes do currículo?*

Por seu lado, as associações profissionais e sociedades científicas envolvidas, enquanto autoras das AE, têm vindo a disponibilizar um conjunto de recursos e de sessões de formação especialmente dirigidas aos professores que integram o projeto-piloto.

No decurso do processo de monitorização das AE, dentro deste projeto-piloto, foi aplicado, em novembro de 2017, aos professores das escolas PAFC, o *Questionário às Aprendizagens Essenciais*, cujos resultados foram tidos em conta, não só na reformulação das AE dos primeiros anos de cada ciclo, mas também na elaboração dos documentos para os anos subsequentes (cf. documento enquadrador *Currículo do Ensino Básico e do Ensino Secundário — Para a Construção de Aprendizagens Essenciais Baseadas no Perfil dos Alunos*).

No primeiro quadrimestre de 2018, mais de 3000 professores das escolas do PAFC frequentaram o [Massive Online Open Course – Autonomia e Flexibilidade Curricular](#), que integrava um módulo dedicado a AE.